

**PROCESSO** - A. I. Nº 206987.0061/03-6  
**RECORRENTES** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e MINERAÇÃO CORCOVADO DO NORDESTE LTDA.  
**RECORRIDOS** - MINERAÇÃO CORCOVADO DO NORDESTE LTDA. e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSOS** - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JF nº 0256-02/04  
**ORIGEM** - INFAZ ITABERABA  
**INTERNET** - 29/10/2004

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0275-12/04

**EMENTA:** ICMS. LIVROS FISCAIS. **a)** LIVROS CIAP E REGISTRO DE APURAÇÃO ESPECIAL. FALTA DE APRESENTAÇÃO, QUANDO REGULARMENTE INTIMADO. Multa por descumprimento de obrigação tributária de natureza acessória. Fatos não contestados. Modificação da multa aplicada. **b)** DIVERGÊNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS FISCAIS E OS LANÇAMENTOS NO LIVRO DE APURAÇÃO. Repercussão na conta corrente fiscal decorrente das diferenças de alíquotas e créditos fiscais indevidos, relativamente a materiais de uso e consumo e/ou imobilizado. Excluídos os valores relativos a “explosivos”, por se tratar de insumos, subsistindo em parte a autuação. Recurso de Ofício **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime. Recurso Voluntário **NÃO PROVIDO**. Decisão não unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo em face da Decisão proferida no Acórdão nº 0256-02/04 da 2ª JF que decidiu pela Procedência em Parte do Auto de Infração em epígrafe, e de Recurso de Ofício em razão do julgamento ter desonerado o contribuinte de parte do débito exigido no lançamento, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/99.

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/09/2003, para reclamar o valor de R\$ 80.143,75, em decorrência dos seguintes fatos:

1. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de agosto de 1998; junho a agosto, e dezembro de 2002, sujeitando-se à multa no valor de R\$ 13.209,59, conforme demonstrativos às fls. 33 e 33-A.
2. Deixou de autenticar nos prazos regulamentares os livros de Registro de Entradas, Saídas e de Apuração do ICMS referentes aos exercícios de 2000/2001/2002, todos escriturados por processamento de dados, sujeitando-se à multa no valor de R\$ 50,00.
3. Deixou de apresentar os livros CIAP e livro de Registro de Apuração de ICMS especial, no prazo estipulado, conforme Termo de Intimação à fl. 38, sujeitando-se à multa no valor de R\$200,00.
4. Falta de recolhimento do ICMS no total de R\$ 66.539,27, em função de divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais, decorrente da falta de lançamento no RAICMS, na coluna Outros Débitos dos valores correspondente a diferença de alíquotas

pelas aquisições de materiais de consumo e imobilizado, e pela utilização indevida de créditos fiscais sobre aquisições de materiais de consumo, e utilização a mais de créditos fiscais referente a bens do ativo imobilizado, alusivo aos exercícios de 2001 e 2002, conforme demonstrativos às fls. 07 a 32.

5. Declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da Declaração e Apuração Mensal do ICMS (DMA), relativa ao mês de dezembro de 2002, sujeitando-se à multa no valor de R\$ 140,00.
6. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, no mês de dezembro de 2002, sujeitando-se à multa no valor de R\$ 4,89, conforme demonstrativo à fl. 34.

O sujeito passivo, através de advogado devidamente habilitado, apresentou, tempestivamente, sua defesa às fls. 273 a 277, declarando que concordou por recolher os valores relativos às infrações 1, 2, 3, 5 e 6, informando que os respectivos débitos já foram objetos de parcelamento junto à Inspetoria de Itaberaba.

De referência à infração 4, o recorrente aduziu que a mesma não pode prosperar em razão de irregularidades na apuração do débito, tendo formulado sua impugnação.

Levado a julgamento a 2ª JF decidiu pela Procedência em Parte do Auto de Infração com base no seguinte voto:

*“Na análise das peças que compõem o processo, observo que das seis infrações contempladas no Auto de Infração, o autuado se insurgiu apenas no tocante à infração 04, concordando em proceder o recolhimento dos valores de R\$13.209,59 (infração 1); R\$50,00 (infração 2); R\$ 200,00 (infração 3); R\$ 140,00 (infração 5) e R\$ 4,89 (infração 6).*

*Quanto a infração impugnada, relativa a falta de recolhimento do ICMS no total de R\$ 66.539,27, o débito decorre da repercussão na conta corrente fiscal nos exercícios de 1998 a 2002, sob acusação de divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais, em virtude da falta de lançamento no RAICMS, na coluna Outros Débitos dos valores correspondente a diferença de alíquotas pelas aquisições de materiais de consumo e imobilizado; pela utilização indevida de créditos fiscais sobre aquisições de materiais de consumo; e utilização a mais de créditos fiscais referente a bens do ativo imobilizado.*

*O refazimento da conta corrente fiscal tomou por base as notas fiscais discriminadas nos demonstrativos analíticos constantes às fls. 7 a 33, tendo o sujeito passivo reconhecido que realmente utilizou indevidamente parte dos créditos fiscais, e deixou de proceder em parte o lançamento nos livros fiscais de parte do diferencial de alíquotas, nas aquisições de mercadorias para uso e consumo e para o ativo imobilizado, conforme planilhas às fls. 281 a 301.*

*Através dos demonstrativos às fls. 281 a 301, foi reconhecido pelo autuado a utilização indevida de créditos fiscais e a falta de complementação de alíquota nas aquisições de mercadorias para uso e consumo. Com relação a diferença de alíquota e a utilização indevida de créditos fiscais sobre aquisições de produtos para o ativo imobilizado constantes nos demonstrativos às fls. 29 a 32, o autuado admitiu que deixou de observar a regra prevista no § 17, inciso I, do artigo 93 do RICMS/97.*

*Quanto à parte impugnada, foi acostada ao Recurso defensivo a planilha nº 2 intitulada de DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO CONSIDERADO INDEVIDO PELO AUTUANTE (docs. fls. 302 a 309),*

na qual foram relacionadas todas as notas fiscais relativas a aquisições dos seguintes produtos: espoleta-explosivo; cordel-explosivo; dinamite; estopim-explosivo; britapim-explosivo e mantopim-explosivo, que foi alegado pelo autuado que são materiais explosivos utilizados no processo de perfuração e corte da rocha, e também os produtos luva; broca; rebolo; eletrodo; barra; disco de atrito; polia; filtro; acessório para máscara e fio diamantado, que são materiais utilizados na perfuratriz para perfurar a rocha.

Portanto, a questão se resume exclusivamente se os citados produtos se enquadram no conceito de produtos intermediários utilizado no processo de fabricação. Tomando-se por base a jurisprudência do CONSEF em processos sobre o mesmo assunto, a exemplo do Acórdão nº JJF nº 0127-02/04 desta Junta de Julgamento fiscal, concluo que devem ser considerados como insumos os produtos espoleta-explosivo; cordel-explosivo; dinamite; estopim-explosivo; britapim-explosivo e mantopim-explosivo, e como materiais de uso e consumo os produtos anel, porca, bucha, tirante, eixo, luva, broca, rebolo, eletrodo, barra, disco atrito, polia, filtro, acessório para máscara e fio diamantado, pois tais produtos por não se desgastarem no processo produtivo não ensejam o direito a apropriação dos respectivos créditos fiscais, e estão sujeitos a complementação de alíquotas nas aquisições interestaduais.

Desta forma, a planilha à fl. 28 fica modificada conforme demonstrativos abaixo:

QUADRO 1

MESES	DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS				CRÉDITO INDEVIDO			
	RECONHEC	USO/CONS.	INSUMOS	TOTAL	RECONHEC.	USO/CONS.	INSUMOS	TOTAL
	Fls.293/301	Fls.302/309	Fls.302/309	Fls.7/15	Fls.281/292	Fls.302/309	Fls.302/309	Fls.16/27
Jan/98							1.201,52	1.201,52
Mar/98			522,70	522,70			1.303,16	1.303,16
Mai/98							296,29	296,29
Jun/98							544,83	544,83
Jul/98							1.568,19	1.568,19
Set/98							795,45	795,45
Out/98	12,32		-	12,32	8,62	106,42	820,31	935,35
Nov/98	61,17		-	61,17	42,82		-	42,82
Dez/98							583,82	583,82
<b>TOTAIS</b>	<b>73,49</b>	<b>-</b>	<b>522,70</b>	<b>596,19</b>	<b>51,44</b>	<b>106,42</b>	<b>7.113,57</b>	<b>7.271,43</b>
Jan/99			492,00	492,00			422,30	422,30
Mar/99			493,80	493,80	68,41		345,46	413,87
Ago/99							2.851,93	2.851,93
Out/99							828,20	828,20
Nov/99					147,05		455,18	602,23
<b>TOTAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>985,80</b>	<b>985,80</b>	<b>215,46</b>	<b>-</b>	<b>4.903,07</b>	<b>5.118,53</b>
Fev/00							542,54	542,54
Mar/00	137,26		-	137,26	96,08		638,16	734,24
Abr/00					86,97		791,32	878,29
Mai/00					143,33		846,77	990,10
Jul/00							1.233,35	1.233,35
Ago/00							941,80	941,80
Out/00			526,35	526,35			1.865,92	1.865,92
Nov/00						368,44		368,44
Dez/00							1.355,92	1.355,92
<b>TOTAIS</b>	<b>137,26</b>	<b>-</b>	<b>526,35</b>	<b>663,61</b>	<b>326,38</b>	<b>368,44</b>	<b>8.215,78</b>	<b>8.910,60</b>
Jan/01			51,00	51,00			35,70	35,70
Fev/01							2.544,47	2.544,47

Mar/01							1.468,37	1.468,37
Abr/01							831,72	831,72
Mai/01							849,99	849,99
Jun/01							1.770,55	1.770,55
Ago/01							1.230,38	1.230,38
Set/01	1.020,60	414,49		1.435,09	4.566,44	290,15	1.527,11	6.383,70
Out/01	552,25	341,60		893,85	1.863,92	351,04	1.439,81	3.654,77
Nov/01	1.714,54	1.272,94	275,50	3.262,98	4.071,34	972,56		5.043,90
Dez/01	840,66	1.599,80		2.440,46	1.125,32	1.119,86		2.245,18
<b>TOTAIS</b>	<b>4.128,05</b>	<b>3.628,83</b>	<b>326,50</b>	<b>8.083,38</b>	<b>11.627,02</b>	<b>2.733,61</b>	<b>11.698,10</b>	<b>26.058,73</b>
Jan/02	821,81	838,00	63,43	1.723,24	7.144,41	719,11		7.863,52
Fev/02	1.201,07	259,88		1.460,95	2.540,55	287,11		2.827,66
Mar/02	2.379,88	3.177,43		5.557,31	3.375,89	2.224,20		5.600,09
Abr/02	398,00	2.185,06		2.583,06	582,68	1.656,79	1.242,02	3.481,49
Mai/02	1.237,12	4.438,70		5.675,82	1.440,76	3.268,92	2.076,98	6.786,66
Jun/02	1.470,37	447,70		1.918,07	2.325,41	448,36		2.773,77
Jul/02	1.235,66	971,67	717,76	2.925,09	5.470,98	680,18	2.192,15	8.343,31
Ago/02	3.065,35	1.350,04		4.415,39	2.702,97	1.014,01	1.513,99	5.230,97
Set/02	1.593,19	3.190,43		4.783,62	1.986,48	2.233,29		4.219,77
Out/02	631,68	3.288,74		3.920,42	1.102,38	2.302,12	2.105,87	5.510,37
Nov/02	951,99	1.693,96		2.645,95	2.011,45	3.052,36		5.063,81
<b>TOTAIS</b>	<b>14.986,12</b>	<b>21.841,61</b>	<b>1.498,95</b>	<b>37.608,92</b>	<b>30.683,96</b>	<b>17.886,45</b>	<b>9.131,01</b>	<b>57.701,42</b>

Esclarecimentos sobre as colunas constantes no quadro: na coluna RECONHEC. foram consignados os valores acatados pelo autuado, conforme documentos às fls. 293 a 301 e 281 a 292. Na coluna USO/CONSUMO, os valores se referem a anel, porca, bucha, tirante, eixo, luva, broca, rebolo, eletrodo, barra, disco atrito, polia, filtro, acessório para máscara e fio diamantado, os quais não se enquadram no conceito de produtos intermediários. Já a coluna INSUMOS constam os valores relativos a explosivos.

QUADRO 2

MESES	MAT.DE CONSUMO		IMOBILIZADO		TOTAL	TOTAL ACUMUL.	SD.CRED. LRAICMS	SALDO ACUMUL.
	DIF.ALIQ.	C.INDEV.	DIF.ALIQ.	C.INDEV.				
Jan/98					-	-	48.064,20	48.064,20
Fev/98					-	-	48.165,12	48.165,12
Mar/98					-	-	53.822,91	53.822,91
Abr/98					-	-	58.433,06	58.433,06
Mai/98					-	-	60.179,20	60.179,20
Jun/98					-	-	62.796,59	62.796,59
Jul/98					-	-	64.287,88	64.287,88
Ago/98					-	-	65.714,93	65.714,93
Set/98					-	-	69.265,77	69.265,77
Out/98	12,32	115,04			127,36	127,36	77.263,71	77.136,35
Nov/98	61,17	42,82			103,99	231,35	72.689,58	72.458,23
Dez/98					-	231,35	75.974,36	75.743,01
Jan/99					-	231,35	7.990,63	7.759,28
Fev/99					-	231,35	82.255,87	82.024,52
Mar/99		68,41			68,41	299,76	85.365,60	85.065,84
Abr/99					-	299,76	92.666,27	92.366,51
Mai/99					-	299,76	97.655,13	97.355,37
Jun/99					-	299,76	100.235,29	99.935,53
Jul/99					-	299,76	103.324,74	103.024,98
Ago/99					-	299,76	109.304,98	109.005,22
Set/99					-	299,76	112.342,10	112.042,34

Out/99					-	299,76	115.324,11	115.024,35
Nov/99		147,05			147,05	446,81	117.668,98	117.222,17
Dez/99					-	446,81	119.407,54	118.960,73
Jan/00					-	446,81	121.270,26	120.823,45
Fev/00					-	446,81	123.719,77	123.272,96
Mar/00	137,26	96,08			233,34	680,15	126.506,83	125.826,68
Abr/00		86,97			86,97	767,12	126.872,92	126.105,80
Mai/00		143,33			143,33	910,45	134.138,11	133.227,66
Jun/00					-	910,45	135.371,84	134.461,39
Jul/99					-	910,45	138.622,27	137.711,82
Ago/00					-	910,45	138.859,28	137.948,83
Set/00					-	910,45	143.639,95	142.729,50
Out/00					-	910,45	147.634,37	146.723,92
Nov/00		368,44			368,44	1.278,89	149.895,92	148.617,03
Dez/00					-	1.278,89	153.334,98	152.056,09
Jan/01					-	1.278,89	10.192,15	8.913,26
Fev/01			1.620,00	1.296,26	2.916,26	4.195,15	13.570,93	9.375,78
Mar/01			-	-	-	4.195,15	15.968,40	11.773,25
Abr/01			30,00	27,00	57,00	4.252,15	19.932,74	15.680,59
Mai/01			7,00	171,54	178,54	4.430,69	23.131,85	18.701,16
Jun/01			-	-	-	4.430,69	24.637,61	20.206,92
Jul.01			-	-	-	4.430,69	24.637,61	20.206,92
Ago/01			-	-	-	4.430,69	27.230,06	22.799,37
Set/01	1.435,09	4.856,59	46,00	52,90	6.390,58	10.821,27	33.711,76	22.890,49
Out/01	893,85	2.214,96	30,00	36,00	3.174,81	13.996,08	34.592,39	20.596,31
Nov/01	2.987,48	5.043,90	2.145,00	2.030,73	12.207,11	26.203,19	42.753,33	16.550,14
Dez/01	2.440,46	2.245,18	159,00	206,71	5.051,35	31.254,54	44.482,55	13.228,01
Jan/02	1.659,81	7.863,52	-	-	9.523,33	40.777,87	51.323,46	10.545,59
Fev/02	1.460,95	2.827,61	40,00	16,34	4.344,90	45.122,77	49.005,11	3.882,34
Mar/02	5.557,31	5.600,09	10,00	14,50	11.181,90	56.304,67	53.482,73	(2.821,94)
Abr/02	2.583,06	2.239,47	425,73	643,19	5.891,45	62.196,12	54.703,72	(4.670,46)
Mai/02	5.675,82	4.709,68	-	-	10.385,50	72.581,62	58.681,11	(6.408,11)
Jun/02	1.918,07	2.773,77	75,00	120,01	4.886,85	77.468,47	62.803,55	(764,41)
Jul/02	2.207,33	6.151,16	-	-	8.358,49	85.826,96	72.323,96	1.161,92
Ago/02	4.415,39	3.716,98	1.885,51	3.205,67	13.223,55	99.050,51	85.113,96	728,37
Set/02	4.783,62	4.219,77	-	-	9.003,39	108.053,90	88.769,96	(4.619,02)
Out/02	3.920,42	3.404,50	-	-	7.324,92	115.378,82	92.048,40	(4.046,48)
Nov/02	2.645,95	5.063,81	-	-	7.709,76	123.088,58	104.800,40	5.042,24
Dez/02		-	-	-	-	123.088,58	104.547,26	4.789,10

*Este quadro diz respeito ao refazimento do demonstrativo à fl. 28, com a exclusão dos valores relativos a explosivos, e a manutenção dos valores dos materiais de uso e consumo constante no Quadro 1, reconhecido pelo autuado, e também os não reconhecidos.*

*Ante o exposto, voto PROCEDENTE EM PARTE o Auto de Infração no valor de R\$36.284,90, permanecendo inalterado os valores relativos aos itens 01, 02, 05 e 06; modificado o item 04 conforme demonstrativo abaixo, e retificada a multa do item 03 para o valor de R\$90,00, tendo em vista que não foi atendida a apenas uma intimação conforme doc a fl. 38.”*

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO  
INFRAÇÃO 04 - 03.01.04

DATA OCOR.	DATA VENCTO.	B. DE CÁLCULO	ALIQ.(%)	MULTA (%)	VR.DO DÉBITO	ITEM
31/03/02	09/04/02	13.423,18	17	60	2.281,94	4
30/04/02	09/05/02	27.473,29	17	60	4.670,46	4
31/05/02	09/06/02	37.694,76	17	60	6.408,11	4

30/06/02	09/07/02	4.496,53	17	60	764,41	4
30/09/02	09/10/02	27.170,71	17	60	4.619,02	4
30/10/02	09/11/02	23.802,82	17	60	4.046,48	4
TOTAL DO DÉBITO					22.790,42	

Inconformado com a Decisão de 1ª Instância o sujeito passivo ingressou com Recurso Voluntário às fls. 409 a 414, alegando em síntese:

1. Que o recorrente é empresa exploradora do ramo de extração de granito em bloco, para tanto adquire, dentro deste e de outros Estados da Federação, produtos que são utilizados no processo de extração da rocha, objeto de sua produção.
2. Que dentre esses produtos o autuante glosou aqueles que, no seu entendimento, seriam classificados como *materiais de consumo*, caracterizados como *materiais explosivos*, utilizados no processo de produção, a exemplo de: dinamite, espoleta, cordel, estopim, britapim, mantopim, mantespo, etc. e aqueles materiais utilizados no processo de perfuração e corte da rocha, tais como: perfuratrizes, eletrodos, luvas e brocas.
3. Sustentou o recorrente que a aquisição de ambos os produtos abriga-se na hipótese prevista no art. 93, I e § 1º do RICMS, estando, todos eles, sujeitos à constituição do crédito fiscal.
4. Que a Decisão alvejada é equivocada uma vez que determinou tão-somente a exclusão dos produtos relativos a explosivos, constantes do Auto de Infração.
5. Que apesar da jurisprudência invocada pela 2ª JJF a matéria já foi objeto de exaustivas discussões em sede deste CONSEF e transcreve julgado e Parecer da ASTEC em processos semelhantes.
6. Que a característica marcante dos produtos em discussão é a de que são exauridos no processo de perfuração e corte da rocha.
7. Que tais produtos, ao contrário da conclusão da Junta de Julgamento Fiscal “*a quo*” efetivamente se desgastam em contato com o produto final; que os referidos produtos não fogem da similitude e da finalidade dos próprios explosivos, pois se estes são utilizados para romper o bloco bruto da rocha, aqueles o são para, neste mesmo bloco, abrir os orifícios onde se instalará a carga explosiva, além de darem o acabamento ao bloco, moldando-o à forma do produto final, e a função das perfuratrizes, eletrodos, luvas e brocas é exatamente esta. Logo, ambos os produtos (explosivos e de perfuração e corte) são consumidos em contato direto com o produto final e se desgastam em função deste contato e assim só lhes cabe a classificação de insumos do processo produtivo.
8. Que todos os produtos contidos nas notas fiscais de entrada, relacionados no demonstrativo juntando com a defesa (planilha nº 2), são insumos para emprego no processo de produção/extração, estando, pois sujeitos à constituição do crédito fiscal já que todos eles são consumidos no decorrer e em razão deste processo.

O recorrente, em conclusão, pede pelo provimento de seu Recurso Voluntário para excluir dos levantamentos fiscais originais as notas fiscais relativas aos produtos utilizados no processo de perfuração e corte de rocha tais como: anel, porca, bucha, tirante, eixo, luva, broca, rebolo, eletrodo, barra, disco de atrito, polia, filtro, acessório para máscara e fio diamantado, constituindo-se o crédito fiscal em seu favor.

Encaminhados os autos à PGE/PROFIS, esta se manifestou através da ilustre procuradora Maria José Coelho Lins de A. Sento Sé, às fls. 417 e 418, pelo conhecimento e Não Provimento do Recurso Voluntário, na forma seguinte:

*“O cerne do item 4 do lançamento reside na falta de recolhimento do ICMS, em função de divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais, decorrente da falta de lançamento no RAICMS, dos valores correspondentes a diferença de alíquota pelas aquisições de materiais de consumo e imobilizado, e pela utilização indevida de créditos fiscais sobre aquisições de materiais de consumo.*

*Da análise das razões expendidas no Recurso, consideramos ausentes argumentos jurídicos capazes de provocar revisão do acórdão recorrido. Em verdade, o contribuinte não apresenta nenhum argumento novo capaz de descaracterizar o acerto do procedimento fiscal fulcrado nos termos da Lei nº 7.014/96 e do RICMS/97 e na jurisprudência consolidada no Egrégio CONSEF.*

*Convém salientar por oportuno, que a matéria objeto do lançamento já foi por demais analisada pelo CONSEF, qual seja, o caráter de produto intermediário envolvido diretamente no processo de produção e o denominados materiais de consumo. Com efeito os materiais cogitados pelo recorrente (luva, broca, máscara etc) não ostentam, efetivamente, a condição de insumo.”*

## VOTO

Inicialmente passo a analisar o Recurso de Ofício interposto em razão de ter sido modificado o item 4 do Auto Infração e retificada a multa do item 3 para o valor de R\$90,00. No tocante à infração 4 a questão se resume exclusivamente se os produtos ali elencados se enquadram no conceito de produtos intermediários utilizados no processo de fabricação. Acompanhando o pronunciamento da PGE/PROFIS entendo que resta comprovada a falta de recolhimento do ICMS em função da divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais, em razão da falta de lançamento no RAICMS, dos valores correspondentes à diferença de alíquota pelas aquisições de materiais de consumo e imobilizado e pela utilização indevida de créditos fiscais sobre aquisições de materiais de consumo, prevalecendo o demonstrativo constante da decisão da JJF. De referência à multa do item 3 esta foi retificada para o valor de R\$90,00 considerando-se que não foi atendida apenas uma intimação conforme doc. a fl. 38. A matéria não comporta revisão do Julgado por esta instância superior administrativa, ficando mantida a Decisão da Junta. Assim, voto, portanto, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

Quanto ao Recurso Voluntário, a questão se resume em definir se os produtos espoleta explosivo; cordel-explosivo; dinamite; estopim – explosivo; britapim - explosivo e mantopim – explosivo são materiais explosivos utilizados no processo de perfuração e corte da rocha e também os produtos luva; broca; rebolo; eletrodo; barra; disco de atrito; polia, filtro, acessório para máscara e fio diamantado, que são materiais utilizados na perfuratriz para perfurar a rocha, se enquadram no conceito de produtos intermediários utilizados no processo de fabricação.

Com base na jurisprudência do CONSEF em processos similares a exemplo do Acórdão JJF nº 0127-02/04 entendo que não devem ser considerados como insumos os produtos referidos uma vez que os mesmos não se desgastam no processo produtivo, não ensejando, conseqüentemente, ao recorrente o direito à apropriação dos respectivos créditos fiscais, estando sujeitos à complementação de alíquotas nas aquisições interestaduais.

Voto, assim, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário mantendo-se inalterada a decisão recorrida que julgou procedente em parte o Auto de Infração

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e, em decisão não unânime, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206987.0061/03-6, lavrado contra **MINERAÇÃO CORCOVADO DO NORDESTE LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$22.790,42**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além das multas no valor total de **R\$13.494,48**, sendo R\$812,85, atualizado monetariamente, R\$12.401,63, com os devidos acréscimos legais, e R\$280,00, previstas no art. 42, IX, XI, XX, “a” e XXII, da citada lei.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros (as) Maria do Carmo Santana Marcelino Menezes, Álvaro Barreto Vieira e César Augusto da Silva Fonseca.

VOTO VENCIDO: Conselheiros José Carlos Barros Rodeiro e Tolstoi Seara Nolasco.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de setembro de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

MARIA DO CARMO SANTANA MARCELINO MENEZES - RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS